



**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**ADMINISTRAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 23547/2024 , Pregão Eletrônico 14/2024**

**OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição Árvores Fotovoltaicas, para instalação em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá  
contratação de empresa para aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade “Árvores Fotovoltaicas”, a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá.

A empresa **CRISTAL CONSTRUÇÕES E SOLUÇÕES LTDA**, encaminhou a esta especializada impugnação ao edital, onde questiona cláusulas editalícias.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

**II – DAS RAZÕES**

Em síntese, a impugnante alega:

- Sobrepreço;
- Falha na pesquisa de preço;
- Deficiência do ETP;
- Restrição de competitividade;
- Direccionamento do edital;
- Qualificação técnica com vício;
- Incorreta solicitação de amostra.

**III – DO MÉRITO**



**GO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE MARICÁ**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado possui diversas irregularidades e ainda que viola o princípio da competitividade, argumentando que as exigências contidas no referido certame, referentes as especificações técnicas, parecem estar direcionadas a determinadas empresas, visto que possui supostas exigências injustificadamente restritivas que prejudicam a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

Importante destacar que é através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Ressalta-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Sobre o tema, se faz necessário trazer ao debate as lições do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 611).

Entretanto cabe ressaltar que esta CPL não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito das qualificações técnicas, devendo a secretaria requisitante se manifestar a respeito das razões apresentadas.

Não obstante, é dever também desta Coordenadoria salientar que nos autos do processo administrativo em tela, até o momento da elaboração da minuta editalícia, são realizadas diversas análises, dentre elas a pesquisa de mercado, que visa refletir a realidade de mercado para o presente procedimento licitatório.

Contudo, embora a Administração Pública realize pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante, esta Coordenadoria entende que os argumentos



**GO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICIPALIDADE DE MARICÁ**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

Em oportuno, importante ressaltar também que, se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação de documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. Ou seja, **afigura-se como indispensável que o pregoeiro seja assessorado por outros servidores para fornecer subsídios e informações relevantes sobre o objeto, podendo a Administração, até mesmo, contratar, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar na licitação, sendo a Comissão capaz, inclusive, de discordar das conclusões dos pareceres técnicos.**

Devemos nos atentar, contudo, que existe **a possibilidade de o pregoeiro ser induzido a erro, por ser levado a tomar certa decisão em razão de parecer técnico de membro da equipe de apoio quando não possuir expertise técnica sobre o objeto da licitação.** Nessa hipótese, segundo entendimento dos Conselheiros do TCE/PR, “a mera designação do pregoeiro e equipe de apoio não transfere ou delega os poderes e responsabilidades da Autoridade Competente.”

Assim, resta claro que **não imputa ao pregoeiro a responsabilidade pela análise técnica, tendo em vista as questões de qualificação técnica serem uma exigência solicitada pela Secretaria Requisitante,** fugindo do domínio desta Coordenadoria.

Com efeito, o órgão de consultoria não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas meramente administrativos, operacionais, negociais e comerciais, bem como os relacionados à conveniência e oportunidade da Administração, que são de incumbência legal específica das áreas técnicas e da autoridade atribuída da competência para a prática do ato administrativo.

Assim, uma vez que os requisitos técnicos foram estabelecidos pela própria Secretaria Requisitante e fogem do entendimento desta coordenadoria, considerando que não detemos conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da análise e, ainda, em conformidade ao decreto 10024/2019, art. 17, Inciso II; vejamos:

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:  
(...)”



**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de **poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;**

Esta Coordenadoria mantém o respeito às atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta CPL debater sobre o tema.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Assim, considerando que os apontamentos acima tratam de tema sensível, a fim de resguardar a lisura do procedimento licitatório em tela, esta Coordenadoria opina pela remessa dos autos à Secretaria Requisitante para que os argumentos sejam analisados de forma detalhada, tendo em vista a verificação de possível pertinência das razões apresentadas na peça impugnatória.

Em 22/10/2024

---

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS  
Mat. 111813

De acordo

---

DJALMA ALVES DA SILVA  
Pregoeiro